

BOAS PRÁTICAS



Para fiscalizar os guardiões da qualidade

Banco de dados com 500 mil cargos de editores ajuda a identificar atribuição falsa ou imprópria na composição de conselhos de revistas científicas

Pesquisadores da Áustria e da Alemanha criaram um banco de dados formado por milhares de especialistas que ocupam quase 500 mil cargos de editores ou membros do conselho editorial em 6.090 revistas científicas. Batizado de Open Editors e disponível na internet (openeditors.ooir.org), o serviço quer tornar mais visível a composição do corpo de cientistas e acadêmicos que avalia e seleciona os artigos submetidos a periódicos. Isso pode ser útil tanto para municiar estudos sobre a comunicação científica como para identificar casos de má conduta envolvendo editores, a exemplo de conflitos de interesse e atribuição falsa de nomes no organograma das publicações. Basta informar o nome de um pesquisador para saber em que revistas ele atua e as funções que ocupa. Também é possível fazer buscas digitando o título do periódico, a editora ou a instituição científica para aparecerem os editores associados a cada categoria.

Andreas Pacher, pesquisador da Escola de Estudos Internacionais de Viena, teve a ideia de criar o banco de dados ao encontrar referências a colegas no conselho editorial de uma revista

predatória – aquele tipo de periódico que publica artigos em troca de dinheiro, sem fazer uma genuína revisão por pares – e descobrir que eles não eram editores e tampouco haviam autorizado o uso de seus nomes no expediente do periódico.

Em parceria com as alemãs Tamara Heck, do Instituto Leibniz de Pesquisa em Informação e Educação, em Frankfurt, e Kerstin Schoch, do Departamento de Psicologia da Universidade de Herdecke, Pacher montou o Open Editors e tornou disponíveis e abertos os códigos que utilizou, a fim de encorajar outros pesquisadores a participar da iniciativa. A equipe conseguiu coletar informações de periódicos de editoras como a Elsevier e a Cambridge University Press, mas ainda não de outras, como a Springer Nature e a Wiley. Isso porque falta padronização na forma como essas empresas registram o nome dos editores no site de cada revista, o que atrapalhou o processo de extração de dados com as ferramentas automatizadas de que a equipe de Pacher dispõe.

O trio apresentou o Open Editors em um trabalho publicado em março no repositório de *preprints* SocArXiv. No manuscrito, eles destacam a importância do papel dos editores de periódicos como guardiães da qualidade e da originalidade de resultados científicos e mencionam os cuidados necessários para evitar anomalias no processo de revisão, como o favorecimento a autores com os quais os editores compartilham características, como afiliação a uma instituição ou o interesse em uma linha de pesquisa específica, fenômeno conhecido como homofilia. “As responsabilidades são elevadas, não só devido à necessidade de decidir sobre questões de qualidade científica, mas também no que diz respeito à consciência dos vieses intelectuais e sociais que as decisões editoriais podem sustentar”, escreveram.

A bioquímica Jessica Polka, criadora de um banco de dados sobre políticas de publicação adotadas por periódicos, o Transpose, diz que iniciativas como o Open Editors podem ser valiosas para ampliar a compreensão dos processos de comunicação científica. “Essas informações podem ajudar a entender como o poder de decisão é distribuído no sistema de publicação”, disse à revista *Nature Index*. Ela ressalta um outro efeito que o acesso fácil a esse tipo de informação é capaz de propiciar. “Ao permitir a visualização de disparidades de gênero e concentração geográfica de editores, também pode encorajar as publicações a diversificar de forma mais proativa seus conselhos editoriais.”

A atribuição fraudulenta de nomes de pesquisadores em conselhos editoriais é um fenômeno típico das publicações predatórias. Em um estu-

do divulgado em 2020 na revista *Learned Publishing*, Mike Downes, responsável por um site que investiga revistas de baixa de reputação, o Scholarly Outlaws, mostrou que um quarto dos 4 mil pesquisadores da Austrália mencionados em conselhos editoriais de periódicos potencialmente predatórios não sabia do uso de seu nome nem havia autorizado a atribuição.

Alguns pesquisadores emprestam o nome para conselhos editoriais em busca de prestígio, sem se darem conta de que a publicação tem práticas questionáveis. Em 2017, Mike Daube, professor de políticas de saúde da Universidade Curtin, na Austrália, aproveitou ofertas que recebeu por e-mail de várias revistas e conseguiu inscrever em conselhos editoriais de sete delas uma certa Olivia Doll, especialista em veterinária – o personagem não existe, ao menos no universo dos humanos. Ele tomou o nome emprestado de sua cachorra, a staffordshire terrier Ollie. Uma das revistas predatórias chegou a enviar um manuscrito para Ollie analisar.

Atrair cientistas de alto nível para um conselho editorial pode ampliar as chances de um periódico recém-lançado de ser incluído em índices de citação da empresa Clarivate. Esse jogo de prestígio ajuda a explicar episódios de atribuição imprópria até mesmo no corpo de editores de revistas respeitadas. Uma reportagem publicada em abril na *Science* narrou o caso da *Ecosystem Health and Sustainability (EHS)*, em cujo conselho editorial são listados nomes como o do biólogo Paul Ehrlich, professor emérito da Universidade Stanford, e Jerry Franklin, especialista em ecossistemas da Universidade de Washington, em Seattle. Nem um nem o outro sabiam que ainda estavam listados no expediente da revista. “Não consigo me lembrar de nenhum contato com a publicação por muitos anos, se é que houve algum dia”, disse Ehrlich à *Science*. “Meu nome não deveria aparecer associado ao periódico”, complementou Franklin. A inclusão dos nomes remonta ao ano de 2013, quando a publicação foi criada por meio de uma parceria da Sociedade Ecológica da América (ESA) com a Sociedade Ecológica da China (ESC). Cientistas, membros da organização norte-americana, aceitaram participar do conselho do novo periódico, mas a ESA deixou a empreitada pouco tempo depois. Apesar do rompimento, os nomes permaneceram relacionados como consultores internacionais e editores temáticos da publicação. O editor-chefe da *EHS*, Lu Yonglong, ecólogo da Universidade Xiamen, na China, se disse surpreso com a queixa de Erlich e Franklin e afirmou que mantinha correspondência regular com os norte-americanos. Mas admitiu que o site da publicação não tem sido atualizado com frequência e afirmou que retirará os nomes. ■

Fabrcio Marques

Fraude em ranking universitário vai à Justiça

Moshe Porat, que entre 1996 e 2018 foi diretor da Escola de Negócios Fox da Universidade Temple, nos Estados Unidos, está sendo processado em um tribunal federal do país por fraudar informações enviadas a um tradicional ranking de universidades norte-americanas publicado desde 1983 pela revista eletrônica *U.S. News & World Report*. A pena, caso ele seja condenado, pode chegar a 25 anos de prisão e multa de US\$ 500 mil. De acordo com denúncia apresentada pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos, Porat “conspirou e criou um plano para enganar candidatos a vagas, alunos e doadores da escola, fazendo-os acreditar que ela oferecia cursos de graduação em administração de primeira linha a fim de que pagassem anuidades escolares e fizessem contribuições para a Universidade Temple”.

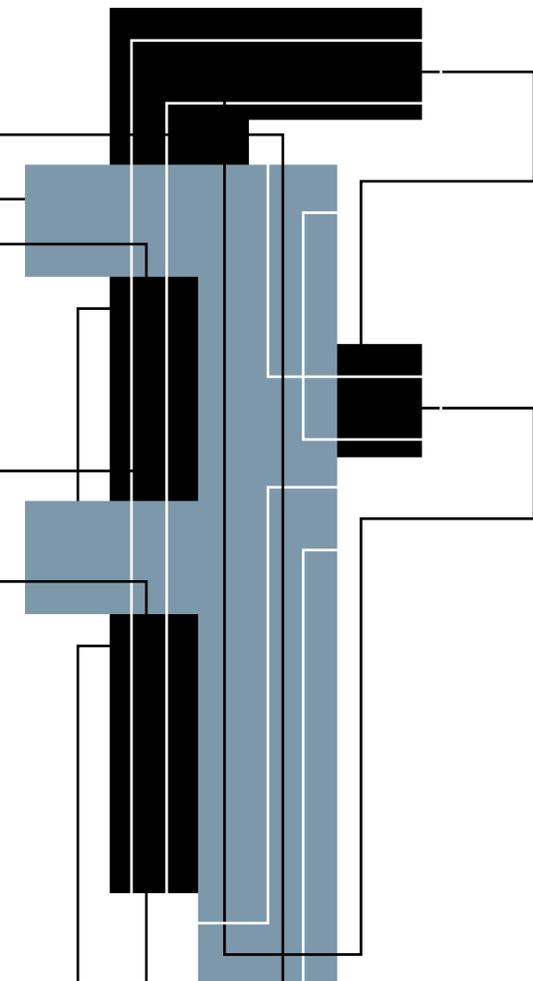
Israelense radicado há décadas nos Estados Unidos, Porat e outros dois ex-funcionários da escola, o docente Isaac Gottlieb e a administradora Marjorie O’Neill, são acusados de falsificar da-

dos sobre o desempenho de programas de pós-graduação profissionais MBA (Master in Business Administration) da instituição, como a experiência profissional dos alunos e o número de estudantes que faziam os cursos em meio período. O diretor informou, por exemplo, que todos os estudantes de um curso on-line de MBA haviam sido selecionados e aprovados em testes de admissão, mas o contingente real não passava de 20%. Quase 90% das receitas da escola vêm de cursos de MBA on-line.

De acordo com o Departamento de Justiça, a fraude fez com que o MBA on-line saltasse da 28ª colocação no ranking da *U.S. News* em sua categoria, em 2013, para o primeiro lugar nos quatro anos seguintes. A manipulação teve início após uma reunião entre executivos da escola e responsáveis pelo ranking, em 2013, em que ficou claro que o *U.S. News* não tinha meios de auditar os dados fornecidos pelas universidades. A procuradora Jennifer Williams, responsável pelo indiciamento do ex-diretor, disse ao site Inside Higher Ed, que a conduta

de Porat comprometeu a integridade do sistema acadêmico e causou prejuízos aos alunos que balizaram suas escolhas pelo ranking. “O sucesso do sistema de ensino superior nos Estados Unidos não depende apenas da excelência acadêmica, do rigor dos programas oferecidos, da aptidão e do trabalho árduo dos candidatos e alunos, mas também da transparência e da honestidade sobre o próprio sistema”, disse.

A Universidade Temple é uma instituição pública de ensino superior criada em 1834 na Filadélfia, Estados Unidos, com mais de 38 mil estudantes. Porat, que deixou a direção da Escola de Negócios, mas ainda mantém vínculo com ela, nega as acusações e está processando a instituição por supostamente difamá-lo em comunicados sobre o escândalo. No ano passado, a universidade concordou em pagar US\$ 4 milhões para alunos e ex-alunos do programa MBA on-line e também US\$ 1,4 milhão para estudantes de outros programas da Escola de Negócios que entraram na Justiça quando as suspeitas de fraude eclodiram.



Má conduta na literatura científica

Um grupo de pesquisadores do Brasil, Hungria, Irlanda e Noruega fez um levantamento em bases de dados de revistas científicas procurando os termos em inglês para “ética na pesquisa” e “integridade em pesquisa”. O trabalho, publicado em abril no periódico *BMC Medical Ethics*, mostrou como a literatura acadêmica se interessa por casos de má conduta e outras violações. De um total de 14.719 registros encontrados em plataformas como PubMed, Web of Science e Scopus, foram selecionados para análise 238 exemplos que continham a descrição dos problemas e se enquadravam no escopo do trabalho. A maioria dos casos (44,9% do total) referia-se a fraudes e falsificações. O descumprimento de normas legais ou regulatórias apareceu em segundo lugar, com 15,7%, seguido por negligências com

a segurança de pacientes (11,1%), plágio (6,9%), entre outras. Pouco mais de 80% dos casos localizavam-se nas ciências médicas e da saúde, com as ciências naturais (11,5%) na segunda posição. Na sequência, aparecem ciências sociais (4,3%), engenharias (2,1%) e humanidades (1,3%). As punições mais frequentes foram a retratação de artigo científico (45,4%) e perda de financiamento (35,5%). O estudo, cuja autora principal é a brasileira Anna Catharina Vieira Armond, que faz doutorado na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de Debrecen, na Hungria, conclui que fraude e falsificação de dados estão representadas de forma exagerada na literatura acadêmica e essa percepção pode desviar a atenção da comunidade científica para várias outras formas de má conduta que também são relevantes.